

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ PROCURADORIA MUNICIPAL

raca Alcides Paranhos, nº 17 - Centro - CEP 68.786-000 - Contato: (91) 984167996 procuradoriasat@gmail.com



PARECER TÉCNICO JURÍDICO N°. 296/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2811001/2019-CPL/PMSAT

LICITAÇÃO : 50/0192019-SRP-PMSAT

: PREGÃO PRESENCIAL - SRP MODALIDADE

: MENOR PREÇO GLOBAL TIPO

Assunto: Análise de procedimento licitatório (Pregão Presencial - modalidade Sistema de Registro de Preços).

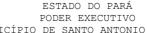
Base Legal: Dispositivos da Legislação Federal nº. 8.666/93 e n°. 10.520/2002.

> CONTRATAÇÃO Ementa: DE **EMPRESA** ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES EM POSTOS DE ABASTECIMENTO PRÓPRIO, DE FORMA CONTÍNUA E FRACIONADA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO TAUÁ E FUNDOS MUNICIPAIS - PLANO DA LEGALIDADE - REGULARIDADE DO CERTAME - OBSERVÂNCIA DA LEI N.º 8.666/1993 LICITAÇÕES E CONTRATOS. FASE INTERNA.

I - FINALIDADE E AGRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

A ora manifestação jurídica tem o balizar a autoridade investida do condão de decisório, acerca da legalidade administrativa dos atos já praticados até o momento do certame licitatório em sua fase interna.

sabido, nos Como incumbe orientação técnica alardeando os aspectos jurídicos que trajetória regular a do procedimento administrativo voltado para a escolha a proposta que



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ PROCURADORIA MUNICIPAL



raça Alcides Paranhos, nº 17 - Centro - CEP 68.786-000 - Contato: (91) 984167996 - email: procuradoriasat@gmail.com

atenda melhor ao interesse público.

Cumpre destacar, que a análise dos autos ora trazido, funda-se nos aspectos jurídicos, estando de fora, aqueles de orbe administrativo que cabem a comissão licitante aferir a adequação ao instrumento convocatório. Por entender que a autoridade competente está municiada de conhecimentos específicos salutares ao bom andamento dos atos praticados, com a devida observância dos requisitos impostos pela legislação de regência.

Por derradeiro, é de bom alvitre nosso, enfatizar que as anotações feitas no âmbito desta procuradoria <u>não possuem caráter vinculativo</u>, mas tão somente em benefício da autoridade revestida da função de propiciar segurança no desenvolvimento do procedimento administrativo. Destacando nessa seara, que existe no amparo legal a margem de discricionaridade albergando o poder decisório do agente público.

Feito a sucinta ponderação, passo a fundamentar.

<u>II - RELATÓRIO</u>

Consistem os autos remetidos esta procuradoria de procedimento prévio deflagado pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, na modalidade n°. 50/0192019-PP-SRP-PMSAT, Presencial sob Pregão adoção do Sistema Registro de mediante de utilizando o critério de julgamento Menor Preço por Item, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA FORNECIMENTO DE DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES EM POSTOS DE ABASTECIMENTO PRÓPRIO, DE FORMA CONTÍNUA E FRACIONADA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO MUNICÍPIO SANTO ANTONIO DO TAUÁ E FUNDOS MUNICIPAIS, de acordo com a especificação contida no Termo de Referência.

A instrução dos autos adentrou

ESTADO DO PARÁ PODER EXECUTIVO

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ





Praça Alcides Paranhos, nº 17 - Centro - CEP 68.786-000 - Contato: (91) 984167996 - procuradoriasat@gmail.com

nesta Procuradoria da seguinte forma:

- a) Ofício N° 109-A/2019, datado de 28/11/2019, dimensionando a demanda de equipamentos, fls. 001/002;
- b) Termo de referência e justificativa para a contratação, fls. 003/012;
- c) Despacho de autorização de realização do procedimento licitatório, fl. 013;
- d) Portaria de nomeação da pregoeira e equipe de apoio e certidão de afixação, fls. 014/015;
- e) Termo de abertura e autuação, fl. 016;
- f) Cotações de preços, fls.
 017/041;
- g) Despacho de adequaçã orçamentária, fl. 042;
- h) Autorização da autoridade competente, fl. 043;
- i) Minuta do edital e anexos, fls. 044/102;
- j) Despacho solicitando parecer prévio da procuradoria municipal sobre as minutas e seus anexos, fl. 103;

Nos termos elencados acima

ESTADO DO PARÁ PODER EXECUTIVO

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ PROCURADORIA MUNICIPAL



Praça Alcides Paranhos, n° 17 - Centro - CEP 68.786-000 - Contato: (91) 984167996 - procuradoriasat@gmail.com

chegaram os autos do procedimento para emissão de parecer nesta Procuradoria.

Na utilidade do feito, é o sucinto

relatório.

III - FUNDAMENTAÇÃO

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

A Administração pública cinge-se de princípios e regulamentos próprios para o seu pleno desenvolvimento. Visando o atingimento dos seus objetivos legais. Tendo como nascedouro o art. 37 da Carta Magna, nos termos abaixo:

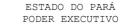
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).

Na esfera infraconstitucional a lei 9.784, de 29/01/1999, que trata do processo administrativo faz expressa referência aos princípios constitucionais elencados acima.

O princípio da legalidade com mais ênfase, traz em conjunto com o controle da Administração pelo Poder Judiciário, constituem uma das relevantes garantias de respeito aos direitos do cidadão.

Nesse diapasão é dever legal no exercício da função pública, a observância da regularidade dos atos administrativos pelo crivo do controle interno.

Trazidas as considerações acima,



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ PROCURADORIA MUNICIPAL

raça Alcides Paranhos, nº 17 - Centro - CEP 68.786-000 - Contato: (91) 984167996 - procuradoriasat@gmail.com

PREFEITURA
SANTO ANTONIO DO TAUA

— email:

cumpre dissecar agora acerca da possibilidade de utilização da modalidade pregão presencial para a contratação do objeto ora ventilado.

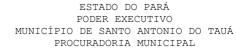
A proposta encontra guarida nos diplomas legais, a saber:

Pregão é a nova modalidade de licitação, regulada pela Lei 10.520, de 17.7.2002, cuja a ementa: "Institui, no âmbito União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição đe bens servicos comuns. Nos termos do citado diploma, consideram-se bens serviços comuns aqueles padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos edital, por de especificações usuais no mercado. (MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato administrativo. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2006, 130-104).

Acrescendo, vejamos o § único da Lei Federal n°. 10.520/2002, dispondo dessa maneira:

Art. 1° - Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Consideram-se bens serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos



PROCURADORIA MUNICIPAL

a Alcides Paranhos, n° 17 - Centro - CEP 68.786-000 - Contato: (91) 984167996 -



procuradoriasat@gmail.com

padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Portanto, a utilização da modalidade licitatória ora analisada, se amolda adequadamente ao objeto a ser contratado.

No que pertine ao **sistema de Registro de Preços**, encontramos previsão no art. 15 da Lei n°. 8.666/93 observemos então:

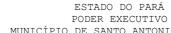
Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

Insta, nessa questão, delinear considerações à luz e disciplina da Lei Federal n°. 8.666/1993, que estabelece normas gerais para licitações e contratos públicos. Estabelecendo liame entre licitações e orçamento no art. 7°, § 2°, inciso III, segundo assim dispõe:

- Art. 7°. As licitações para execução de obras e para prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:
- § 2.º As obras e os serviços somente poderão ser licitadas quando:
- III houver previsão de recursos
 orçamentários que assegurem o



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ
PROCURADORIA MUNICIPAL

A Alcides Paranhos, n° 17 - Centro - CEP 68.786-000 - Contato: (91) 984167996 -



procuradoriasat@gmail.com

pagamento das obrigações decorrentes de obras e serviços a ser executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

Como se vê, o dispositivo veda que o procedimento licitatório seja iniciado sem que exista previsão orçamentária correspondente. Dessa forma, o atendimento desse preceito normativo é atendido, em regra, com a devida inclusão no procedimento respectivo de um documento intitulado "reserva técnica". Mediante esse documento, o órgão técnico responsável pelo acompanhamento orçamentário, informa que a dotação existe, e que os recursos para aquele procedimento foram "separados" da dotação respectiva.

Claramente, fica o entendimento acima, que a vedação do dispositivo, está relacionada ao início de procedimentos licitatórios sem previsão orçamentária. Por este viés, vale a compreensão que o presente processo está em andamento porque existe a correspondente reserva técnica. E que, portanto, não contraria a legislação de regência.

<u>IV - DA FASE INTERNA DO PREGÃO</u> <u>PARA REGISTRO DE PREÇOS</u>

A chamada fase interna do pregão voltada para registro de preços encontra amparo no artigo 3°, caput, da Lei 10.520/2002. Sendo ela, objeto de análise preliminar por esta Procuradoria.

Na disciplina da Lei do Pregão, cabe a autoridade investida de competência, entre outras especificações, prescrever a justificativa da necessidade de contratação, além de definir o objeto do certame, com a sinalização do respectivo preço.

Disso resulta, que as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas,

ESTADO DO PARÁ PODER EXECUTIVO

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ PROCURADORIA MUNICIPAL

PROCURADORIA MUNICIPAL raça Alcides Paranhos, n° 17 - Centro - CEP 68.786-000 - Contato: (91) 984167996 - procuradoriasat@gmail.com



as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato são elementos integrantes do instrumento convocatório, porquanto sua análise encontra-se no bojo da análise e aprovação jurídica da presente manifestação.

A mercê dos elementos editalícios cumpre dizer que a fase preparatória do pregão voltado para o

registro de preços, pode ser compartimentada nesses grupos:

(i) justificativa para o registro de preços, (ii) definição do objeto, (iii) aferição do preço de mercado, e
 (iv) demais atos preparatórios relacionados ao registro de preços.

Insta, ademais verificar a explícita designação do pregoeiro e da correspondente equipe de apoio, assim como a regularidade do edital.

V - DA AFERIÇÃO DO PREÇO DE MERCADO

O artigo 3°, III, da Lei do Pregão, deve o órgão, ou mesmo, a entidade promovente da licitação, constar dos autos do procedimento o orçamento corresponde ao objeto da licitação.

Observamos nos autos do processo em análise, visando tomar ciência dos preços praticados no mercado. Que a Administração diligenciou junto aos fornecedores, obtendo para os itens pretendidos o valor médio, que serviu de parâmetros para a aceitabilidade das propostas.

Não há nesse ponto óbices a serem suscitados.



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ PROCURADORIA MUNICIPAL



aça Alcides Paranhos, nº 17 - Centro - CEP 68.786-000 - Contato: (91) 984167996 - email: procuradoriasat@gmail.com

VI - DO EDITAL

Prescreve o artigo 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993, que as minutas de editais de licitação devem ser objeto de análise preliminar e aprovação por assessoria jurídica da Administração.

Sendo assim, sendo o objeto do certame condizente com o teor jurídico. Resta a existência de concordância com a disposição da Lei de Licitações que exige a prévia apreciação do instrumento convocatório por órgão jurídico.

VII - CONCLUSÃO

Expositis, esta Procuradoria MANIFESTA-SE FAVORAVELMENTE PELA REGULARIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS ATÉ AQUI PRATICADOS PELA CPL ÓRGÃOS E **ENVOLVIDOS**, devendo dessa feita dar prosseguimento certame de escolha nos moldes da legislação correlata ao caso em exame.

É o parecer. Salvo Melhor Juízo.

Santo Antonio do Tauá, PA, 20 de dezembro de 2019.

ROBERTO DE SOUSA CRUZ

OAB/PA 23.048 Portaria n° 018/2017